

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	76
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	731.481.274
Preferenciais	0
Total	731.481.274
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	9.847.099	9.482.806
1.01	Ativo Circulante	496.876	112.908
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.043	4.845
1.01.02	Aplicações Financeiras	192.089	3.239
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	192.089	3.239
1.01.02.01.03	Aplicação Financeira	192.089	3.239
1.01.03	Contas a Receber	105.063	59.169
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	105.063	59.169
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	104.645	58.751
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	418	418
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.847	29.803
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45.847	29.803
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.868	867
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.966	14.985
1.01.08.03	Outros	78.966	14.985
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	88	18
1.01.08.03.02	Outros Créditos	233	142
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	78.645	14.825
1.02	Ativo Não Circulante	9.350.223	9.369.898
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.127.655	2.050.286
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	10	12
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.095.286	1.997.165
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	2.095.286	1.997.165
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.359	53.109
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	6.065	6.067
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	26.294	47.042
1.02.02	Investimentos	7.163.581	7.259.652
1.02.02.01	Participações Societárias	7.163.581	7.259.652
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.163.581	7.259.652
1.02.03	Imobilizado	19.824	20.688
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.152	13.137
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.672	7.551
1.02.04	Intangível	39.163	39.272
1.02.04.01	Intangíveis	39.163	39.272
1.02.04.01.02	Intangíveis	39.163	39.272

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	9.847.099	9.482.806
2.01	Passivo Circulante	600.376	269.300
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.228	22.523
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.228	22.523
2.01.02	Fornecedores	2.979	3.103
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.979	3.103
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.644	4.390
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	558.794	223.161
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	516.136	203.525
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	516.136	203.525
2.01.04.02	Debêntures	42.658	19.636
2.01.05	Outras Obrigações	15.731	16.123
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22	40
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22	40
2.01.05.02	Outros	15.709	16.083
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	9.466	12.763
2.01.05.02.10	Contas a Pagar com operações de derivativos	4.785	1.008
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	1.458	2.312
2.02	Passivo Não Circulante	2.802.647	2.792.364
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.625.186	1.622.133
2.02.01.02	Debêntures	1.625.186	1.622.133
2.02.02	Outras Obrigações	1.177.461	1.170.231
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.144.268	1.138.832
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.144.268	1.138.832
2.02.02.02	Outros	33.193	31.399
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	27.795	26.015
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	5.398	5.384
2.03	Patrimônio Líquido	6.444.076	6.421.142
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.339.565	1.339.565
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.184.340	1.184.340
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.934	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	40.693	-18.439
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.314	-5.617
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.150	-5.442
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-164	-175
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	279	138
3.04.05.01	Tributárias	0	-21
3.04.05.03	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	279	159
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.728	-12.960
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.693	-18.439
3.06	Resultado Financeiro	-17.759	-22.807
3.06.01	Receitas Financeiras	88.816	39.548
3.06.01.01	Receitas Financeiras	88.816	39.548
3.06.02	Despesas Financeiras	-106.575	-62.355
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-47.296	-57.615
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-59.279	-4.740
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.934	-41.246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.934	-41.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.934	-41.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03140	-0,05640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	22.934	-41.246
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.934	-41.246

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.522	-928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.048	-377
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	22.934	-41.246
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	0	1
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	61.820	6.721
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	25.624	32.283
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-11.771	-14.526
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	149	232
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	0	25
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	4.104	4.108
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	-60.180	-935
6.01.01.18	Equivalência patrimonial	-46.728	12.960
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.355	1.268
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-4.317	1.216
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.999	114
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	5.997	287
6.01.02.07	Outros Créditos	-91	-58
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	2	223
6.01.02.11	Fornecedores	-64	11
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-18	3.359
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-1.295	431
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	276	-1.501
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	0	-222
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-2.846	-2.592
6.01.03	Outros	-1.119	-1.819
6.01.03.01	Outros Valores Pagos	-1.119	-1.819
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.820	-109.086
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-321	-2.118
6.02.02	Adições ao Intangível	-2.994	-2.195
6.02.05	Adição/Reversão de Investimento	97.700	-237.499
6.02.09	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	8.939	0
6.02.10	Recebimento de Dividendos	37.706	3.052
6.02.11	Aplicação Financeira	-188.850	129.674
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	124.540	8.211
6.03.02	Pagamento empréstimos moeda estrangeira – juros	-4.697	-4.206
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	137	-2.583
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-121.800	0
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	15.000
6.03.12	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	-5.100	0
6.03.20	Captações de empréstimos moeda estrangeira	256.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.198	-101.803
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.845	103.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72.043	1.570

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.934	0	22.934
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.934	0	22.934
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.339.565	22.934	-22.271	6.444.076

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-41.246	0	0	-41.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-41.246	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-41.246	41.246	0	0
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	-41.246	41.246	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.336.688	0	-22.271	6.418.265

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	307	159
7.01.02	Outras Receitas	307	159
7.01.02.02	Outras	307	159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.919	-1.052
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.866	-990
7.02.04	Outros	-53	-62
7.02.04.04	Outros	-53	-62
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.612	-893
7.04	Retenções	-4.104	-4.108
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.104	-4.108
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.716	-5.001
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.265	21.848
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.728	-12.960
7.06.02	Receitas Financeiras	88.816	39.548
7.06.03	Outros	-59.279	-4.740
7.06.03.04	Outros	-59.279	-4.740
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.549	16.847
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.549	16.847
7.08.01	Pessoal	286	459
7.08.01.01	Remuneração Direta	263	430
7.08.01.02	Benefícios	19	19
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	10
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.080	2.399
7.08.02.01	Federais	2.080	2.399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.051	37.496
7.08.03.01	Juros	28.183	34.274
7.08.03.02	Aluguéis	3	0
7.08.03.03	Outras	865	3.222
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	865	3.222
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.934	-41.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.934	-41.246
7.08.05	Outros	16.198	17.739

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	15.639.423	15.288.641
1.01	Ativo Circulante	1.165.013	854.143
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	218.537	370.856
1.01.02	Aplicações Financeiras	556.438	200.222
1.01.03	Contas a Receber	155.946	166.590
1.01.03.01	Clientes	155.946	166.590
1.01.03.01.01	Contas a Receber	155.779	166.448
1.01.03.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	167	142
1.01.04	Estoques	11.114	10.116
1.01.06	Tributos a Recuperar	106.766	59.877
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	106.766	59.877
1.01.07	Despesas Antecipadas	23.076	17.739
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	93.136	28.743
1.01.08.03	Outros	93.136	28.743
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	2.166	1.659
1.01.08.03.02	Outros Créditos	12.325	12.259
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	78.645	14.825
1.02	Ativo Não Circulante	14.474.410	14.434.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	963.420	971.256
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.147	106.019
1.02.01.04	Contas a Receber	9.784	4.081
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	9.784	4.081
1.02.01.07	Tributos Diferidos	679.334	643.283
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	679.334	643.283
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	20.595	23.635
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	174.560	194.238
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	96.097	105.270
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	78.463	88.968
1.02.02	Investimentos	19	19
1.02.03	Imobilizado	121.471	132.705
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.043	56.850
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	67.428	75.855
1.02.04	Intangível	13.389.500	13.330.518
1.02.04.01	Intangíveis	13.389.500	13.330.518
1.02.04.01.02	Intangíveis	11.453.339	11.389.302
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	1.936.161	1.941.216

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	15.639.423	15.288.641
2.01	Passivo Circulante	1.813.616	1.560.720
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.289	76.637
2.01.01.01	Obrigações Sociais	76.289	76.637
2.01.02	Fornecedores	119.096	134.023
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	119.096	134.023
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.258	82.024
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.076.987	725.815
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	784.967	467.640
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	268.831	264.115
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	516.136	203.525
2.01.04.02	Debêntures	292.020	258.175
2.01.05	Outras Obrigações	195.664	209.694
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1
2.01.05.02	Outros	195.664	209.693
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	57.134	72.245
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	96.575	95.947
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	2.847	3.384
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	5.574	5.632
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	4.785	1.008
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	28.749	31.477
2.01.06	Provisões	280.322	332.527
2.01.06.02	Outras Provisões	280.322	332.527
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	250.740	255.918
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	29.582	76.609
2.02	Passivo Não Circulante	7.381.731	7.306.779
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.776.034	6.788.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.839.515	1.902.523
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.839.515	1.902.523
2.02.01.02	Debêntures	4.936.519	4.885.858
2.02.02	Outras Obrigações	106.772	107.731
2.02.02.02	Outros	106.772	107.731
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	0	1
2.02.02.02.05	Obrigações fiscais	64.685	60.557
2.02.02.02.06	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	42.087	47.173
2.02.03	Tributos Diferidos	3.530	3.102
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.530	3.102
2.02.04	Provisões	495.395	407.565
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	108.679	109.037
2.02.04.02	Outras Provisões	386.716	298.528
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	218.934	157.951
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	167.782	140.577
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.444.076	6.421.142
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.339.565	1.339.565

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.184.340	1.184.340
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.934	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	947.649	937.557
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-760.951	-789.128
3.03	Resultado Bruto	186.698	148.429
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.419	-53.778
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.217	-54.619
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-46.020	-46.323
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.197	-8.296
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	798	844
3.04.04.01	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	798	844
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-3
3.04.05.01	Tributárias	0	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.279	94.651
3.06	Resultado Financeiro	-96.017	-132.509
3.06.01	Receitas Financeiras	103.234	20.782
3.06.02	Despesas Financeiras	-199.251	-153.291
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-139.949	-148.550
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-59.302	-4.741
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.262	-37.858
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.328	-2.294
3.08.01	Corrente	-54.951	-35.567
3.08.02	Diferido	35.623	33.273
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.934	-40.152
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	22.934	-40.152
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.934	-40.152
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03140	-0,05490

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	22.934	-40.152
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	22.934	-40.152
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.934	-40.152

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	319.085	303.286
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	452.632	429.135
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	22.934	-40.152
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	992	611
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-35.623	-33.273
6.01.01.06	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	3	2.470
6.01.01.07	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-837	-1.671
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	98.078	80.511
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	91.000	66.453
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-11.117	-10.263
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	8.649	12.251
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	3.810	2.234
6.01.01.13	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	104.635	114.656
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	229.742	236.243
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	-60.180	-935
6.01.01.17	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	546	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-125.072	-114.330
6.01.02.01	Contas a Receber	5.035	-9.982
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-25	-1
6.01.02.03	Estoques	-998	303
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-2.297	2.299
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-35.797	-9.698
6.01.02.06	Pagamento de juros	-53.988	-78.264
6.01.02.07	Outros Créditos	-66	473
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-65.047	-31.841
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-687	1.190
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	0	58
6.01.02.11	Fornecedores	-4.985	-13.903
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	845	-4.131
6.01.02.13	Cauções Contratuais	799	-1.765
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-348	4.798
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	49.178	29.846
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	202	702
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-4.714	-8.390
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-12.179	3.976
6.01.03	Outros	-8.475	-11.519
6.01.03.01	Outros Valores Pagos	-8.475	-11.519
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-658.086	-266.950
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-770	-3.669
6.02.02	Adições ao Intangível	-328.406	-417.887
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-397	-3.604
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	27.703	4.729
6.02.11	Aplicação financeira	-356.216	153.481
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	186.682	-148.078

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	-66.143	-78.965
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	137	-2.583
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-1.558	-51.409
6.03.17	Captações de empréstimos moeda estrangeira	256.000	0
6.03.18	Pagamento de credores pela concessão	-800	-2.229
6.03.19	Captação risco sacado	8.199	17.049
6.03.20	Pagamento risco sacado	-9.153	-29.941
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-152.319	-111.742
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	370.856	435.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	218.537	323.346

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142	0	6.421.142
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142	0	6.421.142
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.934	0	22.934	0	22.934
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.934	0	22.934	0	22.934
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.339.565	22.934	-22.271	6.444.076	0	6.444.076

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511	0	6.459.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511	0	6.459.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-41.246	0	0	-41.246	0	-41.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-41.246	0	0	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-41.246	41.246	0	0	0	0
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	-41.246	41.246	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.336.688	0	-22.271	6.418.265	0	6.418.265

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	1.006.403	995.713
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	726.829	699.772
7.01.02	Outras Receitas	279.574	295.941
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	265.897	285.054
7.01.02.02	Outras	13.677	10.887
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-518.641	-539.329
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-75.320	-72.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.810	-32.233
7.02.04	Outros	-408.511	-434.779
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-265.897	-285.054
7.02.04.02	Custo da Concessão	-30.566	-26.104
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-104.635	-114.656
7.02.04.04	Outros	-7.413	-8.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	487.762	456.384
7.04	Retenções	-229.742	-236.243
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-229.742	-236.243
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	258.020	220.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.659	37.779
7.06.02	Receitas Financeiras	78.911	20.782
7.06.03	Outros	-34.252	16.997
7.06.03.03	Juros capitalizados	25.050	21.738
7.06.03.04	Outros	-59.302	-4.741
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.679	257.920
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.679	257.920
7.08.01	Pessoal	61.737	68.462
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.408	52.780
7.08.01.02	Benefícios	12.592	11.561
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.737	4.121
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.028	53.491
7.08.02.01	Federais	18.119	17.856
7.08.02.02	Estaduais	21	13
7.08.02.03	Municipais	36.888	35.622
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	162.980	176.119
7.08.03.01	Juros	129.817	142.232
7.08.03.02	Aluguéis	465	300
7.08.03.03	Outras	32.698	33.587
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	10.936	7.567
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debentures	2.997	3.908
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	18.765	22.112
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.934	-40.152
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.934	-40.152
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	-11.117	-10.263
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	11.117	10.263

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

DESTAQUES 1T20

- ▮ **Tráfego Pedagiado:** Totalizou 166,8 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 2,3% em comparação ao 1T19 refletindo a retomada econômica observada no início do ano e o compute de 100% das praças na concessionária Viapaulista.
- ▮ **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 726,8 milhões no trimestre, crescimento de 3,9% em relação ao 1T19, sendo reflexo do aumento do tráfego e da cobrança totalmente operacional em todas as praças de pedágio da ViaPaulista.
- ▮ **Endividamento:** A Arteris apresentou uma dívida líquida de R\$ 6,9 bilhões ao final do 1T20, uma redução de 1,4% em relação ao 4T19.
- ▮ **Investimentos:** A Arteris investiu em obras de melhoria e manutenção um total de R\$ 329,2 milhões no 1T20.

Tráfego

No 1T20, o tráfego pedagiado totalizou 166,8 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 2,3% em comparação ao 1T19, quando totalizou 163,1 milhões. Apesar do início da pandemia do Covid-19 que teve seu início a partir da metade do mês de março, afetando o tráfego nas rodovias pedagiadas, o crescimento econômico no início do trimestre somado as praças de pedágio da ViaPaulista ainda não operacionais no 1T19 compensaram essa queda.

Ainda que as praças que não eram operacionais no 1T19 sejam excluídas da conta, o crescimento nas praças comparáveis foi de 0,8%, demonstrando o forte crescimento de janeiro e fevereiro de 2020

Receitas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.005.605	1.110.624	994.869	-9,5%	1,1%
Receitas de pedágio	726.829	774.587	699.772	-6,2%	3,9%
Outras receitas	12.879	14.760	10.043	-12,7%	28,2%
Receitas de obras	265.897	321.277	285.054	-17,2%	-6,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	-57.956	-66.191	-57.312	-12,4%	1,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	947.649	1.044.433	937.557	-9,3%	1,1%

Receita de Pedágio

Mesmo no cenário da pandemia do Covid-19 no 1T20, a **receita de pedágio** registrou um aumento de 3,9% em relação ao 1T19, passando de R\$699,8 milhões para R\$726,8 milhões. Essa melhora se deveu ao forte

Comentário do Desempenho

crescimento do tráfego nos meses de janeiro e fevereiro e pelas praças novas praças de pedágio da ViaPaulista que ainda não eram operacionais no 1T19.

Receita de Obras

As Receitas de obras totalizaram R\$ 265,9 milhões no 1T20 (redução de 6,7% comparado com o 1T19). Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa dos investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente, praticamente toda ela está relacionada às concessões federais.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. No 1T20 essas receitas registraram um montante de **R\$ 12,9 milhões**, aumento de 28,2% na comparação com o 1T19, decorrente da assinatura de novos contratos para utilização de fibra ótica.

Custos e Despesas

Os **custos e despesas totais**, que incluem inclusive todos os itens não caixa, tais como custos de construção, provisões, depreciações e amortizações — totalizaram R\$ 809,4 milhões no 1T20, uma redução de 4,0% em relação ao 1T19, quando totalizou R\$ 842,9, explicado principalmente pela redução nos custos dos serviços de construção que derivam do grande volume de obras entregues nos últimos anos.

Considerando-se apenas os custos e despesas com efeito caixa, **registrou-se um aumento de 1,0%**, passando de R\$ 206,9 milhões no 1T19 para R\$ 209,1 milhões no 1T20, um aumento abaixo da inflação, refletindo a atuação do management e das concessionárias no contínuo trabalho de otimização e contenção de dos gastos, principalmente observado na redução da rubrica de remuneração com a administração.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** totalizou R\$ 368,0 milhões no 1T20, um aumento de 11,2% em relação ao 1T19. Já o **EBITDA Ajustado**, índice que melhor representa a geração de caixa da Cia, uma vez que expurga o efeito da provisão para manutenção de rodovias (provisão IFRIC sem efeito caixa), registrou R\$ 472,7 milhões no 1T20, o que representa um aumento de 6,1% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa melhora no EBITDA e no EBITDA Ajustado é explicada pela recuperação do tráfego nas rodovias administradas, pela crescente contribuição da concessionária ViaPaulista, e pela melhora na gestão dos custos da Companhia.

Comentário do Desempenho

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	947.649	1.044.433	937.557	-9,3%	1,1%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	-579.628	-618.129	-606.663	-6,2%	-4,5%
EBITDA ¹	368.021	426.304	330.894	-13,7%	11,2%
Margem EBITDA*	54,0%	59,0%	50,7%	-5,0 p.p.	3,3 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	104.635	46.301	114.656	126,0%	-8,7%
EBITDA Ajustado ²	472.656	472.605	445.550	0,0%	6,1%
Margem EBITDA Ajustada*	69,3%	65,4%	68,3%	4,0 p.p.	1,0 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade

de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Resultado Financeiro

O **resultado financeiro líquido** registrou um resultado negativo de R\$ 96,0 milhões, uma redução de 27,5% em comparação ao 1T19, quando registrou um resultado negativo de R\$ 132,5 milhões em função das seguintes variações:

- As **Receitas Financeiras** totalizaram **R\$78,9 milhões** no 1T20, o que representa um aumento de **279,7%** em relação ao 1T19, quando totalizou R\$ 20,8 milhões. Esse efeito decorre principalmente do resultado do swap contratado no empréstimo em moeda estrangeira para proteção da variação cambial;
- As **Despesas Financeiras** registraram uma queda de **22,2%** em relação ao 1T19 atingindo **R\$ 115,6 milhões**, decorrente principalmente da redução nos encargos financeiros em função da redução nas taxas de juros de mercado e também pela melhora de spreads no gerenciamento do passivo financeiro.

Lucro Líquido

A Arteris registrou lucro líquido de **R\$ 22,9 milhões** no 1T20 ante ao prejuízo de R\$ 40,2 milhões apresentado no 1T19.

O lucro apresentado no período pode ser explicado por diversos fatores, tais como:

- Melhora nos indicadores econômicos refletindo um aumento do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.
- Melhora na gestão e eficiência na linha de custos e despesas demonstrando forte atuação do management
- Redução dos encargos financeiros em função da redução das taxas de juros e do processo de otimização do passivo financeira.

Comentário do Desempenho

Endividamento

Em 31 de março de 2020, a **dívida bruta** da Companhia totalizou **R\$ 7,9 bilhões**, enquanto que a **dívida líquida** totalizou **R\$ 6,9 bilhões**, conforme descritas na tabela abaixo:

Endividamento (Em milhares de reais)	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
Dívida Bruta	7.857.806	7.515.204	7.131.666	4,6%	10,2%
Curto Prazo	1.081.772	726.823	1.087.972	48,8%	-0,6%
Longo Prazo	6.776.034	6.788.381	6.043.694	-0,2%	12,1%
Posição de Caixa	854.122	677.097	891.111	26,1%	-4,2%
Caixa e equivalentes de caixa	774.975	571.078	773.036	35,7%	0,3%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	79.147	106.019	118.075	-25,3%	-33,0%
Instrumento Financeiro Derivativo	78.645	14.825	12.549	430,5%	526,7%
Dívida Líquida	6.925.039	6.823.282	6.228.006	1,5%	11,2%

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T20, o montante pago foi de R\$ 0,8 milhões, uma redução de 64,1% comparado com o 1T19, explicada pelo término do prazo de concessão da Autovias e pelo final do pagamento das parcelas da Centrovias.

Investimentos e Manutenção de Rodovias

O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 1T20 foi de **R\$ 329,2 milhões**. Deste total, R\$ 192,6 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) e R\$ 136,5 milhões corresponderam à manutenção realizada nas rodovias do grupo, sendo R\$ 8,9 milhões nas estaduais e R\$ 127,6 milhões nas federais.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2020 e de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2020					Total
	Autovias Previsão de 2020	Centrovias Previsão de 2020	Intervias Previsão de 2020 a 2028	Vianorte Previsão de 2020	ViaPaulista Previsão de 2020 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	21.961	2.434	61.651	-	4.263.963	4.350.009
Conserva especial	279	7.742	9.589	5.250	1.403.920	1.426.780
	<u>22.240</u>	<u>10.176</u>	<u>71.240</u>	<u>5.250</u>	<u>5.667.883</u>	<u>5.776.789</u>

Natureza dos custos	31.12.2019					Total
	Autovias Previsão de 2019	Centrovias Previsão de 2019	Intervias Previsão de 2019 a 2028	Vianorte Previsão de 2019	ViaPaulista Previsão de 2019 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	10.427	7.381	62.341	1	3.832.041	3.912.191
Conserva especial	3.278	13.357	12.769	3.824	1.806.094	1.839.322
	<u>13.705</u>	<u>20.738</u>	<u>75.110</u>	<u>3.825</u>	<u>5.638.135</u>	<u>5.751.513</u>

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estas obras estão

Comentário do Desempenho

estimadas em R\$120.054, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2020					
	Previsão de 2020 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	161.186	599.203	512.701	697.794	323.194	2.294.078
Recuperações/Manutenções	253.139	410.459	723.074	396.983	561.769	2.345.424
	<u>414.325</u>	<u>1.009.662</u>	<u>1.235.775</u>	<u>1.094.777</u>	<u>884.963</u>	<u>4.639.502</u>

Natureza dos custos	31.12.2019					
	Previsão de 2019 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	46.650	717.947	348.050	539.320	209.229	1.861.196
Recuperações/Manutenções	272.697	333.393	747.832	523.883	530.816	2.408.621
	<u>319.347</u>	<u>1.051.340</u>	<u>1.095.882</u>	<u>1.063.203</u>	<u>740.045</u>	<u>4.269.817</u>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estas obras estão estimadas em R\$3.556.427, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Quanto à controlada Planalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Comentário do Desempenho

Covid-19

Apesar do impacto limitado dentro do 1T20, a crise iniciada pela pandemia do Covid-19 demonstrou os primeiros impactos nos números do tráfego pedagógico, e conseqüentemente, foi prontamente abordada pela administração da Arteris a fim de ter os seus efeitos mitigados. A seguir são apresentadas as principais medidas adotadas tanto no âmbito operacional quanto no financeiro. Além disso, também está sendo apresentado o efeito no tráfego sofrido dentro do 1T20

- Criação de um Comitê para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas
- Adoção de *home office* para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade
- Adoção de rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de *home office*, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível
- Reunião diária da Diretoria para debater sobre o tema e acompanhamento dos principais desdobramentos operacionais, financeiros e regulatórios
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro do escritório da Sociedade
- Campanhas de comunicação para conscientização da prevenção, de acordo com orientações das autoridades
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez
- Conclusão da captação de um novo empréstimo na modalidade 4131 no valor de USD 50 milhões para fazer frente ao capital de giro de curto prazo e aumentar a liquidez

Comentário do Desempenho

A Sociedade monitora e acompanha diariamente o volume e as variações do tráfego de veículos nas rodovias sob sua administração. Dentro do trimestre findo em em 31 de março de 2020 foram comparados os intervalos do mesmo período para 2019. As variações são demonstradas na tabela a seguir:

Composição Tráfego - Comercial & Passeio (Veículos Equivalentes)	Var%	
	18.03 a 31.03.2020 X	1T20 x
	18.03 a 31.03.2019	1T19
Centrovias	-16,8%	3,1%
Comercial	1,61%	8,1%
Passeio	-49,5%	-4,7%
Intervias	-20,0%	0,1%
Comercial	-0,3%	4,0%
Passeio	-50,3%	-5,4%
Viapaulista¹	-19,7%	1,6%
Comercial	-0,3%	-3,7%
Passeio	-48,4%	5,6%
Total Estaduais	-18,9%	1,5%
Comercial	0,34%	5,9%
Passeio	-49,4%	-4,6%
Planalto Sul	-22,2%	-0,4%
Comercial	-13,1%	2,0%
Passeio	-45,5%	-5,8%
Fluminense	-29,4%	-0,8%
Comercial	-13,6%	5,7%
Passeio	-45,5%	-6,4%
Fernão Dias	-19,8%	-0,6%
Comercial	-11,2%	1,4%
Passeio	-42,0%	-5,0%
Régis Bittencourt	-17,0%	2,8%
Comercial	-14,2%	3,7%
Passeio	-34,2%	-1,4%
Litoral Sul	-32,9%	0,4%
Comercial	-18,6%	3,2%
Passeio	-60,5%	-3,7%
Total Federais	-23,3%	0,6%
Comercial	-14,2%	2,9%
Passeio	-47,7%	-4,2%
Total Consolidado	-22,2%	0,8%
Comercial	-11,0%	3,6%
Passeio	-48,3%	-4,3%

1 contempla as praças operadas pela Autovias até jun/19

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. (“Sociedade ou Controladora”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo o seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período de 3(três) meses findo em 31 de março de 2020 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item acima.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2020, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No trimestre findo em 31 de março de 2020 não ocorreram em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado abaixo:

Centrovias

Em 09 de janeiro de 2020 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 01/2019 para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário que integra o lote denominado Piracicaba – Panorama, onde se encontra o trecho atual da Sociedade. Esta ata declara a vencedora dessa concorrência pública outra licitante que não pertence ao Grupo Arteris. Com isso, a Sociedade, que tem seu prazo estimado para término em 7 de maio de 2020, está provisionando os passivos necessários para cumprir com suas obrigações no final dessa concessão. A Sociedade ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

A Centrovias está em tratativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, aguardando a assinatura de um novo Termo Aditivo e Modificativo (TAM), aonde será concedido o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão, que concederá a prorrogação

Notas Explicativas

do prazo de concessão por mais 28 dias a contar da data de 07 de maio de 2020. Dessa maneira, o período de exploração da concessão encerrará em 3 de junho de 2020.

Covid-19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais stakeholders, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Diante da pandemia, o BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata, dentre as quais, o *Standstill*, uma suspensão temporária por prazo de até seis meses de todo o serviço da dívida de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta, com o objetivo de dar folego financeiro às companhias em um período de retração de receitas e dificuldades de obtenção de novas linhas de crédito, conforme demonstrado nos Eventos Subsequentes nota 31.

Estão elegíveis a aderir à medida apenas as companhias que estejam em dia com todas as obrigações contratuais decorrentes dos contratos com o BNDES. Uma vez elegível a aderir a medida, as companhias devem formalizar seu pedido de adesão junto ao BNDES, a formalização dessa adesão será objeto de assinatura de aditivo contratual.

As Sociedades, Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, e Autopista Litoral Sul, foram consideradas todas elegíveis e tiveram o pedido de adesão aceito pelo BNDES. A partir de 15 de abril de 2020, já não efetuaram o pagamento de parcela de principal e juros, e assim se sucederá até 15 de setembro de 2020, voltando o pagamento ao normal a partir de 15 de outubro de 2020 inclusive. Todas as parcelas não pagas durante o período de vigência do *Standstill* serão incorporadas no saldo devedor a cada evento, o qual será exigido nos termos e prazos dos contratos vigentes.

Ainda em parceria com o BNDES, o Grupo Arteris, através da Sociedade Fernão Dias firmou apoio ao UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), na ajuda de populações mais vulneráveis. A Sociedade anunciou a doação de R\$300 mil de uma linha de crédito do BNDES para a compra e distribuição de kits com itens de higiene e alimentação, folhetos informativos para famílias vulneráveis nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iii) Medida Provisória nº 927/2020.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de junho de 2020.
- (iii) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamento parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

As Sociedades do Grupo Arteris adotaram estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na

Notas Explicativas

determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, como por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020).

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”, identificadas como Controladora. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Grupo Arteris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (última demonstração contábil anual). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as demonstrações contábeis individuais e consolidada intermediárias contém notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance do Grupo Arteris desde a sua última demonstração financeira anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria em 18 de junho de 2020.

As informações contábeis financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários, bem como suas debêntures conforme os prazos divulgados nas notas explicativas 14 e 15.

O Grupo reconheceu um lucro líquido de R\$22.934 mil para o período findo em 31 de março de 2020 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$103.500 na controladora e R\$648.603 (R\$156.392 e R\$706.577 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. No entanto a Sociedade e suas controladas adquiriram novos contratos de empréstimos e financiamentos conforme demonstrados na nota explicativa 31 de Eventos Subsequentes.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A Administração reconhece que existe a possibilidade de uma certa incerteza sobre a capacidade da Sociedade e suas controladas para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Sociedade e suas controladas terão recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Notas Explicativas

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias individual e consolidada, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas informações contábeis intermediárias, sendo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade e suas controladas.

Reapresentação do fluxo de caixa individual e consolidado em 31 de março de 2019.

Reapresentação de valores correspondentes

(a) Adequação de classificação - IAS 7 (CPC 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de Aplicações Financeiras todo e qualquer título de investimento diferente de “LFT e CDB”, sendo estes “Letra Financeira, NTN, LTN e outros”, que estavam classificados anteriormente na rubrica Caixa e equivalentes de caixa nas suas demonstrações contábeis. A melhor classificação nas respectivas rubricas foi efetuada reapresentando cada um dos valores nas demonstrações contábeis afetadas em períodos anteriores.

Os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, são como segue:

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Apresentada 31.03.2019	Reclassificação	Reapresentado 31.03.2019	Originalmente Apresentada 31.03.2019	Reclassificação	Reapresentado 31.03.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	(41.246)		(41.246)	(40.152)		(40.152)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	4.108		4.108	236.243		236.243
Baixa de ativos permanentes	1		1	611		611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-	(33.273)		(33.273)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	-		-	2.470		2.470
Receita com aplicações financeiras vinculadas	-		-	(1.671)		(1.671)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(14.526)		(14.526)	(10.263)		(10.263)
Juros e variações monetárias de empréstimos	6.721		6.721	80.511		80.511
Juros e variações monetárias de debêntures	32.283		32.283	66.453		66.453
Perda / (ganho) operação Swap	(935)		(935)	(935)		(935)
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	232		232	12.251		12.251
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	25		25	2.234		2.234
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-		-	114.656		114.656
Equivalência patrimonial	12.960		12.960	-		-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:						
Contas a receber	-		-	(9.982)		(9.982)
Contas a receber - partes relacionadas	1.216		1.216	(1)		(1)
Estoques	-		-	303		303
Despesas antecipadas	114		114	2.299		2.299
Impostos a recuperar	287		287	(9.698)		(9.698)
Outros créditos	(58)		(58)	473		473
Depósitos judiciais	223		223	1.190		1.190
Outras contas a receber	-		-	58		58
Aumento (redução) dos passivos operacionais:						
Fornecedores	11		11	(13.903)		(13.903)
Fornecedores - partes relacionadas	3.359		3.359	(4.131)		(4.131)
Cauções contratuais de fornecedores	-		-	(1.765)		(1.765)
Direito de uso pagos	(1.819)		(1.819)	(11.519)		(11.519)
Obrigações sociais	431		431	4.798		4.798
Obrigações fiscais	(1.501)		(1.501)	29.846		29.846
Imposto de renda e contribuição social pagos	-		-	(31.841)		(31.841)
Credores pela concessão	-		-	268		268
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(222)		(222)	(8.390)		(8.390)
Taxa de Fiscalização	-		-	434		434
Custo de transação - empréstimo	447		447	694		694
Pagamento de juros	-		-	(78.264)		(78.264)
Outras contas a pagar	(3.039)		(3.039)	3.282		3.282
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(928)		(928)	303.286		303.286
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(2.118)		(2.118)	(3.669)		(3.669)
Aquisições de itens do intangível	(2.195)		(2.195)	(417.887)		(417.887)
Aplicação financeira vinculada	-		-	(3.604)		(3.604)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	-		-	4.729		4.729
Adições aos investimentos	(237.499)		(237.499)	-		-
Recebimento de dividendos	3.052		3.052	-		-
Aplicação Financeira	-	129.674	129.674	-	153.481	153.481
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(238.760)	129.674	(109.086)	(420.431)	153.481	(266.950)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Empréstimos e financiamentos:						
Captação risco sacado	-		-	17.049		17.049
Pagamento risco sacado	-		-	(29.941)		(29.941)
Pagamento empréstimos - principal	-		-	(78.965)		(78.965)
Pagamento empréstimos moeda estrangeira - juros	(4.206)		(4.206)	-		-
Instrumento financeiro derivativo - pagamento	(2.583)		(2.583)	(2.583)		(2.583)
Captações de empréstimos empresas ligadas	15.000		15.000	-		-
Pagamentos debêntures - principal	-		-	(51.409)		(51.409)
Pagamento de credores pela concessão	-		-	(2.229)		(2.229)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	8.211		8.211	(148.078)		(148.078)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(231.477)	129.674	(101.803)	(265.223)	153.481	(111.742)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO	245.227	(141.854)	103.373	1.038.259	(603.171)	435.088
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO	13.750	(12.180)	1.570	773.036	(449.690)	323.346

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam *covenants* financeiros.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Caixa e contas bancárias	767	392	13.410	22.129
Aplicações financeiras	71.276	4.453	205.127	348.727
Total	72.043	4.845	218.537	370.856
<u>Aplicações financeiras</u>				
Fundos de investimentos	192.089	3.239	556.438	200.222
Total	192.089	3.239	556.438	200.222

Notas Explicativas

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 66,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,1% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31.03.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	137.958	-	143.093	-
Cupons de pedágio a receber	4.663	-	4.674	-
Cartões de pedágio a receber	1.214	-	814	-
Receitas acessórias a receber	10.884	5.635	16.979	-
Outras receitas a receber	1.060	4.149	888	4.081
Total	155.779	9.784	166.448	4.081

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda esperada com recebíveis em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	39.895	41.234	70.553	79.125
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1.163	2.534
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	28.741	32.106	64.435	57.052
	68.636	73.340	136.151	138.711
Programa de Integração Social - PIS	400	400	6.852	1.158
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.842	1.842	38.012	4.951
Instituto nacional do seguro social - INSS	-	-	122	122
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	25	25	1.389	1.230
Outros	1.238	1.238	2.703	2.673
Total	3.505	3.505	49.078	10.134
Total geral	72.141	76.845	185.229	148.845
Total do circulante	45.847	29.803	106.766	59.877
Total do não circulante	26.294	47.042	78.463	88.968
	72.141	76.845	185.229	148.845

- (a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.
- (b) Saldo negativo referente a apurações trimestrais de 2020, ao ano calendário de 2019 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. As variações referem-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31 de dezembro de 2019 e dos trimestres de 2020.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findo em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22.934	(41.246)	42.262	(37.858)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(7.798)	14.024	(14.369)	12.872
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	15.888	(4.406)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.514)	(2.205)	-	(584)
Outras diferenças permanentes	1.246	561	4.072	1.286
Variação cambial	(19.871)	(2.750)	(19.871)	(2.750)
Instrumento derivativo	20.415	(318)	20.415	(318)
Total	7.366	4.906	(9.753)	10.506
Impostos diferidos não constituídos	7.366	4.906	9.574	12.801
Despesa contabilizada	-	-	(19.328)	(2.294)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	(54.951)	(35.567)
Diferido	-	-	35.623	33.273
	-	-	(19.328)	(2.294)
Alíquota efetiva de impostos	0,00%	0,00%	-45,73%	6,06%

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora e das Controladas Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido. Este valor está acumulado em 31 de março de 2020 em R\$63.842 para a controladora e R\$66.134 para o consolidado.

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Saldos patrimoniais representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias ativas						
Prejuízo fiscal (a)	1.940.508	1.877.366	-	-	1.940.508	1.877.366
Provisão de participação nos lucros	29.100	28.235	2.203	1.936	31.303	30.171
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	106.136	106.567	2.543	2.470	108.679	109.037
Outras provisões	21.716	26.672	355	121	22.071	26.793
Provisão para manutenção de rodovias	460.976	402.549	8.699	11.320	469.675	413.869
Amortização acumulada de obras futuras	19.485	17.183	-	-	19.485	17.183
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	16.463	14.191	-	-	16.463	14.191
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(10)	(43)	(1)	(2)	(11)	(45)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.943	14.065	-	-	13.943	14.065
Arrendamentos - IFRS 16 (CPC 06(R2))	3.316	2.750	41	28	3.357	2.778
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	265	333	-	-	265	333
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	84.591	84.591	-	-	84.591	84.591
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(84.591)	(84.591)	-	-	(84.591)	(84.591)
Estorno de capitalização de juros	683	621	-	-	683	621
Amortização estorno de capitalização de juros	(199)	(168)	-	-	(199)	(168)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.612.382	2.490.321	13.840	15.873	2.626.222	2.506.194
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	888.210	846.709	4.706	5.397	892.916	852.106
Diferenças temporárias passivas						
Direito de concessão incorporado (c)	-	-	(10.264)	(10.592)	(10.264)	(10.592)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	2.161	5.082	-	-	2.161	5.082
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(11)	(2)	-	-	(11)	(2)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(593.945)	(593.945)	(23.317)	(23.317)	(617.262)	(617.262)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	171.473	163.293	9.357	8.911	180.830	172.204
Estorno de capitalização de juros	686	754	-	1	686	755
Amortização estorno de capitalização de juros	(192)	(201)	-	-	(192)	(201)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(419.828)	(425.019)	(24.224)	(24.997)	(444.052)	(450.016)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(142.742)	(144.506)	(8.236)	(8.499)	(150.978)	(153.005)
Total do imposto de renda e contribuição social	745.468	702.203	(3.530)	(3.102)	741.938	699.101
Impostos diferidos não constituídos	66.134	58.920	-	-	66.134	58.920
Total do imposto de renda e contribuição social	679.334	643.283	(3.530)	(3.102)	675.804	640.181

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Prejuízo fiscal	63.142	75.406
Provisão de participação nos lucros	1.132	4.067
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(358)	(5.855)
Direito de concessão incorporado	328	441
Outras provisões	(4.725)	(437)
Provisão para manutenção de rodovias	55.806	24.194
Amortização acumulada de obras futuras	2.302	1.451
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(649)	2.937
Pis e Cofins s/receitas	-	(11.533)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	25	98
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(122)	105
Diferido gastos pré operacionais (federais)	-	(1.656)
Arrendamentos - IFRS 16	579	1.694
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	(68)	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.626	6.969
Estorno de capitalização de juros	(4)	-
Amortização estorno de capitalização de juros	(22)	(19)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	125.992	97.862
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>42.837</u>	<u>33.273</u>
Impostos diferidos não constituídos	7.214	-
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>35.623</u>	<u>33.273</u>

A Sociedade possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Períodos a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2020	11.007	3.125
2021	31.642	223
2022	42.775	223
2023	73.312	223
2024	96.033	223
2025	118.070	223
Após 2025	515.371	466
	<u>888.210</u>	<u>4.706</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos.

Os valores dessas aplicações em 31 de março de 2020 são de R\$79.147 (R\$106.019 em 31 de dezembro de 2019).

A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

BNDES - Concessionárias Federais

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Notas Explicativas

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No período findo em 31 de março de 2020, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 92,6% da variação do CDI (97,51% em 31 de dezembro de 2019).

BNDES – Viapaulista

A Viapaulista deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 62% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2023. A partir de 1º de janeiro de 2024 esse percentual passará para 67% até 31 de dezembro de 2028. A partir de 1º de janeiro de 2029 até 31 de dezembro de 2034 esse percentual passará para 70%. A partir de 1º de janeiro de 2035 até o final e integral cumprimento das obrigações garantidas esse percentual passará para 73%.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos três meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos quatro meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,3 e igual ou superior a 1,2; ou parcelas vincendas nos cinco meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,2 e igual ou superior a 1,1; na conta Taxas, deverá manter o saldo mínimo para o pagamento das obrigações contratuais referente a parcela vincenda do Ônus Variável e Taxa de Fiscalização, equivalente a 6% da receita diária reconhecida.

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferida para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31.03.2020											
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	192.539	8.484	201.224	209.708	15.432	1.737	17.169	1.412	6.974
Centrovias	101.483.834	100%	216.074	49.842	212.255	262.097	44.129	1.894	46.023	103.244	51.211
Intervias (*)	4.763.110	51%	272.228	238.096	1.327.252	1.565.348	280.072	1.013.048	1.293.120	112.569	43.206
Vianorte	1.132.038	100%	142.197	2.419	167.913	170.332	25.162	2.973	28.135	1.959	2.364
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.410.604	201.061	2.209.146	2.410.207	110.541	889.062	999.603	169.106	20.976
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	805.247	23.964	1.359.776	1.383.740	108.543	469.950	578.493	58.834	(14.644)
Fluminense	658.918.293	100%	785.403	25.119	2.119.335	2.144.454	170.262	1.188.789	1.359.051	87.023	(15.041)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.146.551	50.765	1.970.521	2.021.286	205.029	669.706	874.735	103.742	(18.244)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	949.398	110.285	2.715.795	2.826.080	114.507	1.762.175	1.876.682	126.816	(24.760)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.148.924	36.265	3.209.486	3.245.751	233.450	1.863.377	2.096.827	182.944	(6.276)
Latina Manutenção	72.348.345	100%	87.470	67.925	34.600	102.525	11.675	3.380	15.055	17.292	1.033
Arteris Participações	1.158	100%	140.318	10.097	133.391	143.488	3.170	-	3.170	-	21.100

31.03.2019											
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	196.458	151.735	104.696	256.431	55.182	4.791	59.973	99.403	43.600
Centrovias	101.483.834	100%	200.193	152.394	103.725	256.119	54.018	1.908	55.926	97.476	25.723
Intervias (*)	4.763.110	51%	227.425	681.061	838.807	1.519.868	487.556	804.887	1.292.443	160.133	34.125
Vianorte	1.132.038	100%	144.889	160.182	4.229	164.411	16.678	2.844	19.522	1.639	1.059
ViaPaulista	1.338.852.754	100%	1.307.189	6.626	2.015.879	2.022.505	607.424	107.892	715.316	56.875	(11.400)
Planalto Sul	1.659.851.513	100%	820.650	22.018	1.325.074	1.347.092	87.394	439.048	526.442	53.107	(23.123)
Fluminense	625.841.370	100%	796.366	21.036	2.065.477	2.086.513	608.540	681.607	1.290.147	93.721	(26.392)
Fernão Dias	2.134.105.562	100%	1.165.932	50.230	1.989.397	2.039.627	197.172	676.523	873.695	118.099	(15.678)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.221.418	380.830	2.807.245	3.188.075	369.083	1.597.574	1.966.657	122.332	(26.982)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.172.865	38.223	2.880.596	2.918.819	1.048.264	697.690	1.745.954	134.772	(13.946)
Latina Manutenção	37.548.344	100%	65.402	44.301	42.909	87.210	16.727	5.081	21.808	19.227	(255)
Arteris Participações	1.158	100%	116.039	11.001	111.438	122.439	6.400	-	6.400	-	17.030

(*) 49% da participação pertence a Arteris Participações.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no período findo em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora				Saldo em 31.03.2020
	Saldo em 31.12.2019	Aporte / Devolução de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	185.566	-	-	6.974	192.540
Centrovias	194.751	-	(29.888)	51.211	216.074
Intervias	118.278	-	(1.477)	22.035	138.836
Vianorte	139.833	-	-	2.364	142.197
ViaPaulista	1.391.854	-	(2.226)	20.976	1.410.604
Planalto Sul	811.691	8.200	-	(14.644)	805.247
Fluminense	794.944	5.500	-	(15.041)	785.403
Fernão Dias	1.164.795	-	-	(18.244)	1.146.551
Régis Bittencourt (*)	1.094.158	(120.000)	-	(24.760)	949.398
Litoral Sul	1.155.200	-	-	(6.276)	1.148.924
Latina Manutenção	87.837	8.600	(10.000)	1.033	87.470
Arteris Participações	120.726	-	(1.508)	21.100	140.318
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	7.259.652	(97.700)	(45.099)	46.728	7.163.581

(*) Restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 20 de janeiro de 2020.

	Controladora				Saldo em 31.03.2019
	Saldo em 31.12.2018	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	152.858	-	-	43.600	196.458
Centrovias	177.511	-	(3.041)	25.723	200.193
Intervias	100.301	-	(1.718)	17.404	115.987
Vianorte	143.830	-	-	1.059	144.889
ViaPaulista	1.242.089	76.500	-	(11.400)	1.307.189
Planalto Sul	811.773	32.000	-	(23.123)	820.650
Fluminense	772.258	50.500	-	(26.392)	796.366
Fernão Dias	1.130.610	51.000	-	(15.678)	1.165.932
Régis Bittencourt	1.248.400	-	-	(26.982)	1.221.418
Litoral Sul	1.165.811	21.000	-	(13.946)	1.172.865
Latina Manutenção	59.157	6.500	-	(255)	65.402
Arteris Participações	100.735	-	(1.726)	17.030	116.039
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	7.105.352	237.500	(6.485)	(12.960)	7.323.407

Notas Explicativas**11. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Controladora			
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso				
Saldo em 31.12.2019	1.611	8.274	1.619	11.504
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	1.611	8.274	1.619	11.504
Amortização acumulada				
Saldo em 31.12.2019	(1.134)	(1.662)	(1.157)	(3.953)
Amortização	(268)	(416)	(195)	(879)
Saldo em 31.03.2020	(1.402)	(2.078)	(1.352)	(4.832)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31.12.2019	477	6.612	462	7.551
Saldo em 31.03.2020	209	6.196	267	6.672
Taxas de amortização - a.a.	71%	29%	80%	
Controladora				
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Adoção inicial	1.550	9.129	1.291	11.970
Saldo em 31.03.2019	1.550	9.129	1.291	11.970
Amortização acumulada				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Amortização	(273)	(1.142)	(271)	(1.686)
Saldo em 31.03.2019	(273)	(1.142)	(271)	(1.686)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	1.277	7.987	1.020	10.284
Taxas de amortização - a.a.	71%	29%	80%	

Notas Explicativas

	Consolidado							Total
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	
<u>Custo direito de uso</u>								
Saldo em 31.12.2019	71.991	16.568	5.696	5.898	2.133	11.590	3.191	117.067
Adições	1.647	308	4	34	27	303	96	2.419
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	424	-	(424)	-
Saldo em 31.03.2020	73.638	16.876	5.700	5.932	2.584	11.893	2.863	119.486
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(22.471)	(5.851)	(3.827)	(2.655)	(1.179)	(3.009)	(2.220)	(41.212)
Amortização	(6.329)	(1.469)	(954)	(696)	(302)	(746)	(350)	(10.846)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(280)	-	280	-
Saldo em 31.03.2020	(28.800)	(7.320)	(4.781)	(3.351)	(1.761)	(3.755)	(2.290)	(52.058)
<u>Direito de uso líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	49.520	10.717	1.869	3.243	954	8.581	971	75.855
Saldo em 31.03.2020	44.838	9.556	919	2.581	823	8.138	573	67.428
Taxas de amortização - a.a.	49%	44%	75%	56%	65%	57%	68%	

	Consolidado							Total
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	
<u>Custo direito de uso</u>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial	64.464	12.130	6.571	4.673	1.934	11.999	2.645	104.416
Saldo em 31.03.2019	64.464	12.130	6.571	4.673	1.934	11.999	2.645	104.416
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(5.081)	(1.422)	(1.151)	(492)	(288)	(1.451)	(528)	(10.413)
Saldo em 31.03.2019	(5.081)	(1.422)	(1.151)	(492)	(288)	(1.451)	(528)	(10.413)
<u>Direito de uso líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	59.383	10.708	5.420	4.181	1.646	10.548	2.117	94.003
Taxas de amortização - a.a.	42%	45%	56%	39%	50%	48%	57%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
 (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
 (c) Refere-se a veículos administrativos.
 (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
 (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
 (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
 (g) Referem-se a locação de máquinas de café e itens diversos.

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

		Controladora							
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31.12.2019	1.929	8.181	224	11.808	586	1.145	1.312	-	25.185
Adições	28	293	-	-	-	-	-	-	321
Transferências/Reclassificações	-	3	-	197	-	-	-	-	200
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	1.957	8.477	224	12.005	586	1.145	1.312	-	25.706
Depreciação acumulada									
Saldo em 31.12.2019	(1.519)	(2.393)	(224)	(6.503)	-	(671)	(738)	-	(12.048)
Depreciações	(26)	(264)	-	(148)	-	(39)	(29)	-	(506)
Transferências/Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	(1.545)	(2.657)	(224)	(6.651)	-	(710)	(767)	-	(12.554)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31.12.2019	410	5.788	-	5.305	586	474	574	-	13.137
Saldo em 31.03.2020	412	5.820	-	5.354	586	435	545	-	13.152
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%		10%	10%		

		Controladora							
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31.12.2018	2.011	3.883	385	10.835	586	1.007	1.315	-	20.022
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	(1.381)	(1.545)	(382)	(6.139)	-	(379)	(500)	-	(10.326)
Saldo em 31.03.2019	630	2.338	3	4.696	586	628	815	-	9.696
Depreciação acumulada									
Saldo em 31.12.2018	(1.545)	(1.836)	(384)	(7.282)	-	(560)	(653)	-	(12.260)
Depreciações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	632	632	3	2.406	586	628	815	262	5.964
Saldo em 31.03.2019	(913)	(1.204)	(381)	(4.876)	586	68	162	262	(6.296)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31.12.2018	466	2.047	1	3.553	586	447	662	-	7.762
Saldo em 31.03.2019	(283)	1.134	(378)	(180)	1.172	696	977	262	3.400
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%		10%	10%		

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2019	15.628	33.143	23.998	30.087	1.253	52.623	1.714	173	158.619
Adições	39	453	64	-	-	198	-	16	770
Transferências/reclassificações	-	24	-	197	-	-	-	(21)	200
Alienações/baixas	(2)	(3)	(202)	-	-	(42)	-	(149)	(398)
Saldo em 31.03.2020	15.665	33.617	23.860	30.284	1.253	52.779	1.714	19	159.191
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2019	(11.506)	(18.274)	(19.447)	(20.042)	-	(31.552)	(948)	-	(101.769)
Depreciações	(174)	(999)	(513)	(844)	-	(1.052)	(29)	-	(3.611)
Alienações/baixas	2	3	198	-	-	29	-	-	232
Saldo em 31.03.2020	(11.678)	(19.270)	(19.762)	(20.886)	-	(32.575)	(977)	-	(105.148)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2019	4.122	14.869	4.551	10.045	1.253	21.071	766	173	56.850
Saldo em 31.03.2020	3.987	14.347	4.098	9.398	1.253	20.204	737	19	54.043
Taxas de depreciação - a.a.	15%	21%	21%	6%		16%	13%		

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2018	16.019	25.331	26.302	27.704	1.253	51.350	1.717	376	150.052
Adições	49	208	239	146	-	1.053	-	1.974	3.669
Transferências/reclassificações	(3)	(49)	-	2.072	-	(15)	-	(2.083)	(78)
Alienações/baixas	(44)	(47)	(770)	-	-	(518)	-	-	(1.379)
Saldo em 31.03.2019	16.021	25.443	25.771	29.922	1.253	51.870	1.717	267	152.264
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2018	(11.274)	(15.624)	(19.995)	(18.657)	-	(28.935)	(793)	-	(95.278)
Depreciações	(189)	(806)	(460)	(867)	-	(1.101)	(39)	-	(3.462)
Alienações/baixas	35	42	622	-	-	193	-	-	892
Saldo em 31.03.2019	(11.428)	(16.388)	(19.833)	(19.524)	-	(29.843)	(832)	-	(97.848)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2018	4.745	9.707	6.307	9.047	1.253	22.415	924	376	54.774
Saldo em 31.03.2019	4.593	9.055	5.938	10.398	1.253	22.027	885	267	54.416
Taxas de depreciação - a.a.	7%	16%	16%	6%		14%	13%		

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

		Controladora		
		Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>				
Saldo em	31.12.2019	59.796	10.699	70.495
	Adições	829	2.165	2.994
	Transferências/Reclassificações	6.434	(6.634)	(200)
Saldo em	31.03.2020	67.059	6.230	73.289
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em	31.12.2019	(31.223)	-	(31.223)
	Amortizações	(2.903)	-	(2.903)
Saldo em	31.03.2020	(34.126)	-	(34.126)
<u>Intangível líquido</u>				
Saldo em	31.12.2019	28.573	10.699	39.272
Saldo em	31.03.2020	32.933	6.230	39.163
	Taxas de amortização - a.a.	20%		

Os saldos dos intangíveis em andamento se referem a softwares em desenvolvimento.

		Controladora		
		Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>				
Saldo em	31.12.2018	46.689	13.893	60.582
	Adições	113	2.082	2.195
	Transferências/Reclassificações	9.370	(9.370)	-
	Alienações/baixas	(1)	-	(1)
Saldo em	31.03.2019	56.171	6.605	62.776
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em	31.12.2018	(20.497)	-	(20.497)
	Amortizações	(2.265)	-	(2.265)
Saldo em	31.03.2019	(22.762)	-	(22.762)
<u>Intangível líquido</u>				
Saldo em	31.12.2018	26.192	13.893	40.085
Saldo em	31.03.2019	33.409	6.605	40.014
	Taxas de amortização - a.a.	20%		

Notas Explicativas

Consolidado									
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>									
Saldo em 31.12.2019	15.312.134	1.853.513	130.144	12.941	97.085	19.244	17.425.061	1.941.216	19.366.277
Adições	86.707	-	-	-	881	1.344	88.932	186.546	275.478
Transferências/reclassificações	185.654	-	-	-	6.487	(740)	191.401	(191.601)	(200)
Alienações/baixas	(297)	-	-	-	-	(557)	(854)	-	(854)
Saldo em 31.03.2020	15.584.198	1.853.513	130.144	12.941	104.453	19.291	17.704.540	1.936.161	19.640.701
<u>Amortização acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2019	(5.480.707)	(373.320)	(114.346)	(11.037)	(56.349)	-	(6.035.759)	-	(6.035.759)
Amortizações	(198.065)	(12.993)	(608)	(82)	(3.722)	-	(215.470)	-	(215.470)
Transferências/reclassificações	99	-	-	-	(99)	-	-	-	-
Alienações/baixas	28	-	-	-	-	-	28	-	28
Saldo em 31.03.2020	(5.678.645)	(386.313)	(114.954)	(11.119)	(60.170)	-	(6.251.201)	-	(6.251.201)
<u>Intangível líquido</u>									
Saldo em 31.12.2019	9.831.427	1.480.193	15.798	1.904	40.736	19.244	11.389.302	1.941.216	13.330.518
Saldo em 31.03.2020	9.905.553	1.467.200	15.190	1.822	44.283	19.291	11.453.339	1.936.161	13.389.500
Taxas de amortização - a.a. (f)	29%	52%	68%	7%	34%				

Consolidado									
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>									
Saldo em 31.12.2018	14.063.406	1.853.513	130.144	12.941	79.039	25.033	16.164.076	2.000.657	18.164.733
Adições	127.277	-	-	-	10.923	(2.444)	135.756	165.394	301.150
Transferências/reclassificações	417.137	-	-	-	9.379	(4.518)	421.998	(421.921)	77
Alienações/baixas	(155)	-	-	-	(10)	-	(165)	-	(165)
Saldo em 31.03.2019	14.607.665	1.853.513	130.144	12.941	99.331	18.071	16.721.665	1.744.130	18.465.795
<u>Amortização acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2018	(4.657.050)	(341.906)	(111.866)	(9.861)	(42.520)	-	(5.163.203)	-	(5.163.203)
Amortizações	(214.013)	(2.600)	(695)	(153)	(5.064)	-	(222.525)	-	(222.525)
Transferências/reclassificações	(751)	-	-	-	752	-	1	-	1
Alienações/baixas	35	-	-	-	6	-	41	-	41
Saldo em 31.03.2019	(4.871.779)	(344.506)	(112.561)	(10.014)	(46.826)	-	(5.385.686)	-	(5.385.686)
<u>Intangível líquido</u>									
Saldo em 31.12.2018	9.406.356	1.511.607	18.278	3.080	36.519	25.033	11.000.873	2.000.657	13.001.530
Saldo em 31.03.2019	9.735.886	1.509.007	17.583	2.927	52.505	18.071	11.335.979	1.744.130	13.080.109
Taxas de amortização - a.a. (f)	8%	4%	3%	7%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.
- (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$25.050 (R\$21.738 em 31 de março de 2019) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2020 foi de 5,51% e em 2019 7,30%, do total de juros provisionados no período, vide nota 14.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias federais do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 31 de março de 2020 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação neste trimestre.

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações de empréstimos e financiamentos são como segue:

Controladora								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2020	31.12.2019
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 4,31% a.a.	set/20	Sem garantia	257.575	203.525
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar/21	Sem garantia	258.561	-
Total							516.136	203.525
Consolidado								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2020	31.12.2019
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 4,31% a.a.	set/20	Sem garantia	257.575	203.525
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar/21	Sem garantia	258.561	-
Subtotal							516.136	203.525
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	192.176	199.973
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	37.714	38.739
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	19.729	23.744
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	286	294
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	218.567	228.154
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	286.169	294.493
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	379.603	396.208
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	125.445	127.569
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32% a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	435.059	451.370
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	2.912	3.011
(a)	ViaPaulista	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set/45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	450.097	442.232
Subtotal							2.147.757	2.205.787
(b)	Intervias	Real	Risco sacado	0,70% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	311	651
(b)	Planalto Sul	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	506	245
(b)	Fluminense	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	-	820
(b)	Régis Bittencourt	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	1.753	1.317
(b)	Litoral Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	2.777	3.245
Subtotal							5.347	6.278
Custo de transação							(44.758)	(45.427)
Total Geral							2.624.482	2.370.163
Circulante							784.967	467.640
Não circulante							1.839.515	1.902.523
Total							2.624.482	2.370.163

Notas Explicativas

Moeda nacional	Consolidado					
	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	267.134	1.944.931	2.212.065	361.964	3.290.370	3.652.334
Captações/Renovações	8.199	-	8.199	17.049	-	17.049
Juros provisionados	39.459	7.735	47.194	71.634	9.723	81.357
Amortização de principal	(75.296)	-	(75.296)	(108.906)	-	(108.906)
Pagamento de juros	(39.077)	-	(39.077)	(67.074)	-	(67.074)
Transferência	71.250	(71.252)	(2)	82.096	(82.096)	-
AVP/Risco sacado	21	-	21	118	-	118
	271.690	1.881.414	2.153.104	356.881	3.217.997	3.574.878
Custo de transação	(2.859)	(41.899)	(44.758)	(5.327)	(26.995)	(32.322)
Saldo final	268.831	1.839.515	2.108.346	351.554	3.191.002	3.542.556

Moeda estrangeira	Controladora / Consolidado					
	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	203.525	-	203.525	1.913	193.740	195.653
Captações/Renovações	256.000	-	256.000	-	-	-
Juros provisionados	61.820	-	61.820	2.051	4.670	6.721
Imposto de renda retido sobre juros	(512)	-	(512)	323	-	323
Pagamento de juros	(4.697)	-	(4.697)	(4.206)	-	(4.206)
Saldo final	516.136	-	516.136	81	198.410	198.491

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. Para o contrato da Autopista Régis Bittencourt houve liquidação antecipada e, em 05 de dezembro de 2019, extinguiu-se sua exigibilidade.
- (b) Em 31 de março de 2020, o saldo de R\$5.347 (R\$6.278 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade e suas controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite consolidado de R\$48.000 e taxa média de desconto para os fornecedores anteciparem seus recebíveis de 1,33% ao mês.
- (c) Dois contratos de empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000 cada, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. Para proteção da exposição à variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma data de contratação dos empréstimos, operações de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 4,31% ao ano para CDI+1,15% ao ano e de variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 1,56% ao ano para CDI+2,20% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo e reforço de capital de giro.

Em 31 de março de 2020, as parcelas apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento		
	2021	239.267
	2022	297.958
	2023	320.711
	2024	284.824
Após	2024	738.654
		1.881.414

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES, possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:
 - a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

E, exclusivamente para os contratos da Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias e Autopista Litoral sul:

- 2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e "Passivo Total"
- 3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

Em 31 de março de 2020 a Autopista Fluminense, a Autopista Planalto Sul e a ViaPaulista apresentaram Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD inferior a 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma das ações descritas acima que caracterizam descumprimento contratual.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois esses empréstimos foram captados e repassados através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro e financiamentos de suas subsidiárias federais.

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Notas Explicativas

15. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures são como segue:

Controladora						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2020	31.12.2019
Arteris	5ª Emissão - 1ª série	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.494.623	1.473.838
Arteris	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	181.534	176.695
					1.676.157	1.650.533
				Custo de transação	(8.313)	(8.764)
				Total geral	1.667.844	1.641.769
				Circulante	42.658	19.636
				Não Circulante	1.625.186	1.622.133
				Total	1.667.844	1.641.769
Consolidado						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2020	31.12.2019
Arteris	5ª Emissão - 1ª série	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.494.623	1.473.838
Arteris	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	181.534	176.695
					1.676.157	1.650.533
Intervias	5ª emissão - 1ª Série	200.000	CDI+0,47% a.a.	mai/20	203.486	201.208
Intervias	5ª emissão - 2ª Serie	191.177	CDI+0,90% a.a.	mai/23	194.812	192.430
Intervias	5ª emissão - 3ª Serie	282.813	CDI+1,35% a.a.	mai/25	288.660	284.818
Intervias	5ª emissão - 4ª Serie	126.010	IPCA+6,76% a.a.	mai/25	138.743	134.523
Intervias	7ª emissão - Série única	400.000	CDI+0,69% a.a.	set/24	400.271	405.681
					1.225.972	1.218.660
ViaPaulista	2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun/27	406.542	398.137
					406.542	398.137
Planalto Sul	2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	164.348	159.378
					164.348	159.378
Fernão Dias	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a.	set/26	86.890	85.903
					86.890	85.903
Régis Bittencourt	8ª Emissão - 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun/31	1.038.799	1.012.520
Régis Bittencourt	8ª Emissão - 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun/27	713.048	704.398
					1.751.847	1.716.918
				Custo de transação	(83.217)	(85.496)
				Total geral	5.228.539	5.144.033
				Circulante	292.020	258.175
				Não Circulante	4.936.519	4.885.858
				Total	5.228.539	5.144.033
Controladora						
Moeda nacional	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	21.452	1.629.081	1.650.533	25.305	1.622.939	1.648.244
Juros provisionados	23.018	2.606	25.624	30.242	2.041	32.283
Transferência	-	-	-	1	(1)	-
	44.470	1.631.687	1.676.157	55.548	1.624.979	1.680.527
Custo de transação	(1.812)	(6.501)	(8.313)	(1.817)	(8.312)	(10.129)
Saldo final	42.658	1.625.186	1.667.844	53.731	1.616.667	1.670.398
Consolidado						
Moeda nacional	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	268.871	4.960.658	5.229.529	732.118	2.657.157	3.389.275
Juros provisionados	44.164	49.833	93.997	61.010	9.351	70.361
Amortização de principal	(1.558)	-	(1.558)	(51.409)	-	(51.409)
Pagamento de juros	(10.214)	-	(10.214)	(6.984)	-	(6.984)
Transferência	1.344	(1.342)	2	432	(432)	-
	302.607	5.009.149	5.311.756	735.167	2.666.076	3.401.243
Custo de transação	(10.587)	(72.630)	(83.217)	(4.288)	(11.794)	(16.082)
Saldo final	292.020	4.936.519	5.228.539	730.879	2.654.282	3.385.161

Notas Explicativas

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

Em 31 de março de 2020, as parcelas apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	-	75.133
2022	727.112	837.424
2023	727.112	1.095.088
2024	80.758	504.135
2025	96.705	2.497.369
Total	<u>1.631.687</u>	<u>5.009.149</u>

As debêntures não conversíveis em ações de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de março de 2020 a Sociedade e suas controladas, estão adimplentes em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 4ª, 5ª e 7ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 2ª emissão da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As debentures da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Autopista Régis Bittencourt
2. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Autopista Régis Bittencourt
3. Direitos Emergentes da concessão

As escrituras de emissão da 5ª e 7ª emissão de debentures da Intervias, da 2ª emissão da ViaPaulista, da 2ª emissão da Autopista Planalto Sul, da 4ª emissão da Autopista Fernão Dias e da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Autopista Planalto Sul e Autopista Fernão Dias

Possuem as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Empréstimos e Financiamentos.

Notas Explicativas

Intervias

- (a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- (iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo.
- (b) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

Onde:

- (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
- (ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses
- (iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração.

ViaPaulista

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

Autopista Régis Bittencourt

1 Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

2 A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027

2,5 – 2028

2,0 – 2029

1,5 – 2030

1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2020 a ViaPaulista e a Autopista Planalto Sul apresentaram Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD inferior a 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma das ações descritas acima que caracterizam descumprimento contratual.

16. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos em 31 março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e as transações realizadas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	364	1.255	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.819	1.856	-	-
Intervias S.A. (a)	2.086	2.223	-	-
Vianorte S.A. (a)	237	570	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	999	858	-	-
Fluminense S.A. (a)	1.739	1.407	-	-
Fernão dias S.A. (a)	2.869	2.692	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	2.575	2.280	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	3.212	2.515	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	883	1.173	-	-
ViaPaulista S.A. (a)	3.293	2.177	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	7.257	7.257	-	-
Centrovias S.A. (d)	3.806	1.951	-	-
Intervias S.A. (d)	4.114	2.858	-	-
Vianorte S.A. (d)	17.067	17.067	-	-
Arteris Participações (d)	2.812	1.531	-	-
ViaPaulista S.A. (d)	1.892	8.939	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	418	418	-	-
Debêntures a receber:				
Litoral Sul S.A. (g)	47.454	-	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	167	142	167	142
Total do ativo circulante	105.063	59.169	167	142
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladas</u>				
Mútuos a receber:				
Fluminense S.A. (b)	290.561	287.270	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	629.216	622.030	-	-
Debêntures a receber:				
Planalto Sul S.A. (j)	58.252	37.531	-	-
Fluminense S.A. (e)	380.563	343.403	-	-
Fernão dias S.A. (k)	39.552	37.146	-	-
Litoral Sul S.A. (f)	697.142	669.785	-	-
Total do ativo não circulante	2.095.286	1.997.165	-	-

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a pagar:				
Autovias S.A. (a)	-	15	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	-	2	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	8	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	22	14	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Contas a pagar:				
PDC Participações S.A.	-	1	-	1
Total do passivo circulante	22	40	-	1
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2019</u>
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	70.797	75.334	-	-
Centrovias S.A. (c)	94.145	93.064	-	-
Vianorte S.A. (c)	140.409	141.605	-	-
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (h)	116.962	115.661	-	-
Centrovias S.A. (i)	109.556	108.369	-	-
Intervias S.A. (g)	612.399	604.799	-	-
Total do passivo não circulante	1.144.268	1.138.832	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas				
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
<u>Controladas</u>				
Autovias S.A.	(2.557)	(2.697)	-	-
Centrovias S.A.	(2.669)	(2.736)	-	-
Intervias S.A.	(8.941)	(9.500)	-	-
Vianorte S.A.	(2.031)	(2.806)	-	-
	(16.198)	(17.739)	-	-
Planalto Sul S.A.	612	-	-	-
Fluminense S.A.	8.884	35.149	-	-
Fernão Dias S.A.	477	-	-	-
Régis Bittencourt S.A.	-	18.413	-	-
Litoral Sul S.A.	17.996	18.967	-	-
	27.969	72.529	-	-

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da “Holding”, baseando-se na receita das empresas do Grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos que forem rateados para as empresas do Grupo serão proporcionais aos investimentos de cada empresa.

(b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2024.

(c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2024 para Vianorte, Autovias, Centrovias e Intervias.

(d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 31 de dezembro de 2021, já o título da 5ª é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 21 de maio 2021.

Notas Explicativas

(f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do “spread” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª e 7ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros. Em 20 de novembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 26.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$260.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o período findo em 31 de março de 2020 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$64.000.

(g) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª, 6ª e 8ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano para a 4ª emissão, 1,2% ao ano para a 6ª emissão e 1,0% para a 8ª emissão, com vencimento do principal e juros em dezembro de 2021 para a 4ª emissão, agosto de 2021 para a 6ª emissão e setembro de 2024 para a 8ª emissão.

(h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em dezembro de 2021.

(i) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª e 8ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano para a 7ª emissão e 1,0% ao ano para a 8ª emissão, com vencimento do principal e juros em dezembro de 2021 para a 7ª emissão e setembro de 2024 para a 8ª emissão.

(j) Referem-se a 5ª e 6ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Planalto Sul para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos são remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

(k) Refere-se da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de março de 2020 obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias do Grupo, que no consolidado representam o valor de R\$16.934 (R\$1.581 em 31 de março de 2019).

No decorrer do período findo em 31 de março de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$164 (R\$175 em 31 de março de 2019) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$3.197 (R\$8.296 em 31 de março de 2019) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$20.200 para a Controladora e R\$29.100 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora					
	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	2.312	5.384	7.696	-	-	-
Adições	-	-	-	5.296	6.674	11.970
Utilização	(989)	-	(989)	(1.819)	-	(1.819)
Ajuste a valor presente - AVP	149	-	149	232	-	232
Transferência	(14)	14	-	-	-	-
Saldo final	1.458	5.398	6.856	3.709	6.674	10.383

	Consolidado					
	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	31.477	47.173	78.650	-	-	-
Adições	2.295	124	2.419	38.474	65.942	104.416
Utilização (*)	(11.974)	-	(11.974)	(11.519)	-	(11.519)
Ajuste a valor presente - AVP	1.741	-	1.741	2.045	-	2.045
Transferência	5.210	(5.210)	-	2.394	(2.394)	-
Saldo final	28.749	42.087	70.836	31.394	63.548	94.942

Em 31 de março de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	301	14.189
2022	-	13.742
2023	-	8.829
2024	5.097	5.208
Após 2024	-	119
	5.398	42.087

Em 31 de março de 2020, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora. No consolidado é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	1.459	-
Veículos	141	-
Veículos operacionais	525	-
Computadores e periféricos	150	-
Imóveis	288	-
Outros	207	4
Total	2.770	4

(*) Das utilizações os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2020, referente aos arrendamentos realizados, foram de R\$1.119 para a controladora e R\$ 8.475 para o consolidado.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação nos lucros e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados “PPR” registrados em 31 de março de 2020, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$12.269 na Controladora (R\$12.269 em 31 de dezembro de 2019) e R\$31.303 no consolidado (R\$30.171 em 31 de dezembro de 2019).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

Notas Explicativas

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido à ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias, e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa foi liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.464 ao Poder Concedente.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Autovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	-	1	-	1
Centrovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	1.072	576	1.072	576
Intervias	Direito de outorga	-	796	-	800
	Parcela variável (a)/(b)	702	750	702	750
ViaPaulista	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (c)	1.073	1.261	1.073	1.261
Total		2.847	3.384	2.847	3.388

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(c) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal.

O valor do ônus da concessão da Intervias foi liquidado em 240 parcelas mensais sendo a última em janeiro de 2020.

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2020 e de 2019 ao Poder Concedente estão assim representados:

Notas Explicativas

31.03.2020			
Outorga			
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	-	2	2
Centrovias	-	2.819	2.819
Intervias	800	2.181	2.981
ViaPaulista	-	3.505	3.505
Total	800	8.507	9.307

31.03.2019			
Outorga			
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	-	1.412	1.412
Centrovias	-	1.546	1.546
Intervias	2.229	2.002	4.231
Total	2.229	4.960	7.189

20. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o período findo em 31 de março de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Controladora						
	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2020
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Controladora						
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2019
Trabalhistas	-	25	-	-	-	25
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
Total	222	25	-	(222)	-	25

Consolidado						
	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2020
Cíveis	33.739	3.744	(897)	(2.135)	-	34.451
Trabalhistas	15.807	5.434	(4.847)	(2.475)	-	13.919
Regulatório	59.491	422	(46)	(104)	546	60.309
Total	109.037	9.600	(5.790)	(4.714)	546	108.679

Consolidado						
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2019
Cíveis	35.701	3.499	(1.577)	(3.350)	-	34.273
Trabalhistas	21.179	6.427	(6.069)	(4.788)	-	16.749
Regulatório	47.926	954	(1.000)	(30)	-	47.850
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
Total	105.028	10.880	(8.646)	(8.390)	-	98.872

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2020 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$60.349 (R\$59.492 em 31 de dezembro de 2019). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$81.174 (R\$83.420 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$61.885 em 31 de março de 2020 (R\$57.124 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de março de 2020 os depósitos judiciais de R\$6.065 e R\$96.097, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.067 e R\$105.270, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$6.267 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades.

O saldo de R\$96.097 (R\$105.270 em 31 de dezembro de 2019) de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$79.905 referente a processos cíveis, R\$8.748 referente a ações trabalhistas, R\$6.603 referente a processos fiscais, e R\$841 referente a depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	76.609	255.918	140.577	157.951	217.186	413.869
Adições/Reversões	-	25.581	(19.169)	79.054	(19.169)	104.635
Utilizações	(3)	(56.421)	-	-	(3)	(56.421)
Ajuste a valor presente	-	1.311	(650)	6.280	(650)	7.591
Transferências	(47.024)	24.351	47.024	(24.351)	-	-
Saldo em 31.03.2020	29.582	250.740	167.782	218.934	197.364	469.674

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	10.304	280.305	183.667	134.900	193.971	415.205
Adições/Reversões	1.003	35.423	4.035	79.233	5.038	114.656
Utilizações	(957)	(96.896)	-	-	(957)	(96.896)
Ajuste a valor presente	2	888	2.890	6.266	2.892	7.154
Transferências	11.848	68.419	(11.848)	(68.419)	-	-
Saldo em 31.03.2019	22.200	288.139	178.744	151.980	200.944	440.119

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2020 referente às manutenções realizadas foram de R\$57.621 (R\$109.031 em 31 de março de 2019).

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019 é de R\$5.103.848 e está representado por 731.481.274 ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal e retenção de lucros - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22. RECEITAS

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019
Receita de serviços prestados	726.829	699.772
Receita de serviços de construção	265.897	285.054
Outras receitas	12.879	10.043
	1.005.605	994.869
Receita bruta	1.005.605	994.869
ISSQN	(36.787)	(35.392)
PIS	(3.776)	(3.878)
COFINS	(17.133)	(17.911)
Outras deduções	(260)	(131)
Receita líquida	947.649	937.557

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019
Custos:		
Com pessoal	(41.054)	(40.563)
Serviços de terceiros	(42.059)	(39.406)
Conservação	(33.911)	(33.577)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.113)	(3.631)
Consumo	(8.378)	(7.689)
Transportes	(7.752)	(7.586)
Verba de fiscalização	(16.726)	(13.247)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	718	(526)
Seguros / Garantias	(5.096)	(5.070)
Ônus variável	(8.767)	(5.228)
Provisão de manutenção em rodovias	(104.635)	(114.656)
Custos de serviços da construção	(265.897)	(285.054)
Depreciação / Amortização	(211.525)	(228.315)
Amortização da Outorga	(12.993)	(2.600)
Outros	1.237	(1.980)
Total	(760.951)	(789.128)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(122)	(282)	(17.491)	(19.597)
Serviços de terceiros	(1.854)	(947)	(8.037)	(7.681)
Manutenção de bens e conservação	(1)	(5)	(3.861)	(2.088)
Consumo	(11)	(17)	(2.235)	(2.044)
Transportes	(5)	(1)	(165)	(293)
Seguros/Garantias	(7)	(5)	(70)	(66)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-	(25)	(3.674)	(3.626)
Comunicação e marketing	(3)	(12)	(451)	(1.151)
Indenizações à terceiros	-	-	(160)	(159)
Publicações legais	-	-	(1.834)	(1.569)
Depreciação / Amortização	(4.104)	(4.108)	(5.224)	(5.328)
Outros	(43)	(40)	(2.818)	(2.721)
Total	(6.150)	(5.442)	(46.020)	(46.323)

24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Receitas financeiras:				
Juros ativos	27.969	32.265	-	(1)
Aplicações financeiras	158	2.145	5.558	15.462
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	987	-
Ganho em operações de swap	59.202	3.300	59.202	3.300
Ganho no ajuste de valor de mercado de derivativos	978	-	978	-
Créditos fiscais	509	1.838	36.468	1.843
Outras receitas	-	-	41	178
Total	88.816	39.548	103.234	20.782

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(44.381)	(52.013)	(118.700)	(131.969)
Atualização montária do ônus da concessão	-	-	(3)	(2.470)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(149)	(232)	(9.636)	(12.251)
Perdas no ajuste de valor de mercado de derivativos	-	(2.365)	-	(2.365)
Outras despesas	(2.766)	(3.005)	(11.610)	505
Total	(47.296)	(57.615)	(139.949)	(148.550)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Variação cambial:				
Variação cambial líquida	(59.279)	(4.740)	(59.302)	(4.741)
Total	(59.279)	(4.740)	(59.302)	(4.741)

(*) Do total de R\$143.750 referente a juros de empréstimo e financiamentos, o valor de R\$25.050 foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa Consolidado.

25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019
Total das adições de intangível, intangível em andamento e imobilizado	276.248	304.819
Juros capitalizados - Mútuos e Debentures privadas	(11.117)	(10.263)
Juros capitalizados - financiamentos	(10.936)	(7.567)
Juros capitalizados - debêntures	(2.997)	(3.908)
	251.198	283.081
Aquisição (adições)	(251.198)	(283.081)
Depósitos judiciais para desapropriação	9.860	6.636
Fornecedores	(13.948)	(51.140)
Obrigações fiscais	2.719	(11.497)
Contas a pagar - partes relacionadas	(845)	4.131
Cauções contratuais	(171)	6.210
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(56.421)	(96.896)
Provisão para investimentos em rodovias	(19.172)	4.081
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	(329.176)	(421.556)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(77.978)	(138.475)

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	22.934	(41.246)	22.934	(40.152)
Número de ações durante período	731.481	731.481	731.481	731.481
Lucro (prejuízo) por ação	0,0314	(0,0564)	0,0314	(0,0549)

(*) Vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2019	0	0,00%	-	731.481.274	731.481.274
	31.03.2020	91	0,00%	-	-	731.481.274
Média ponderada (em milhares)						731.481

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação, pois não houve durante o período findo em 31 de março de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	Controladora			
			31.03.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Nível 1	1	72.043	72.043	4.845	4.845
Aplicação financeira	Nível 2	1	192.089	192.089	3.239	3.239
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	2.199.931	2.199.931	2.055.916	2.055.916
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	1	78.645	78.645	14.825	14.825
Dividendos a receber	Nível 1	2	418	418	418	418
Outros Créditos	Nível 1	2	321	321	160	160
			2.543.447	2.543.447	2.079.403	2.079.403
Passivo						
Empréstimos moeda estrangeira (a)	Nível 2	2	516.136	516.136	203.525	203.525
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	1.144.268	1.144.268	1.138.832	1.138.832
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	4.785	4.785	1.008	1.008
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	22	22	40	40
Debêntures (**)(b)	Nível 2	2	1.676.157	1.633.645	1.650.533	1.670.020
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	2	2.979	2.979	3.103	3.103
Outras contas a pagar	Nível 1	2	9.466	9.466	12.763	12.763
			3.353.813	3.311.301	3.009.804	3.029.291

(**) Valor bruto

	Nível	Mensuração (*)	Consolidado			
			31.03.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Nível 1	1	218.537	218.537	370.856	370.856
Aplicação financeira	Nível 2	1	556.438	556.438	200.222	200.222
Contas a receber clientes	Nível 1	2	155.779	155.779	166.448	166.448
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	167	167	142	142
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	1	78.645	78.645	14.825	14.825
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	79.147	79.147	106.019	106.019
Outros créditos	Nível 1	2	24.275	24.275	17.999	17.999
			1.112.988	1.112.988	876.511	876.511
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (a)	Nível 2	2	2.102.999	2.102.999	2.160.362	2.160.362
Empréstimos - Risco sacado (a)	Nível 2	2	5.347	5.347	6.276	6.276
Empréstimos moeda estrangeira (a)	Nível 2	2	516.136	516.136	203.525	203.525
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	4.785	4.785	1.008	1.008
Debêntures (**)(b)	Nível 2	2	5.311.756	4.921.442	5.229.529	5.194.144
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	2	215.671	215.671	229.970	229.970
Taxa de fiscalização	Nível 1	2	5.574	5.574	5.632	5.632
Credores pela concessão	Nível 1	2	2.847	2.847	3.384	3.384
Outras contas a pagar	Nível 1	2	57.134	57.134	72.246	72.246
			8.222.249	7.831.935	7.911.933	7.876.548

(**) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota 14

(b) Vide nota 15

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

Estimativa de valor justo

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referencia (nacional) R\$ mil	Valor justo do instrumento - ganho (perda) Ativo	Valor justo do instrumento - ganho (perda) Passivo	Vencimento	Índice do banco		Índice da Sociedade	
					Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	258.128	75.016		25.09.2020	US\$	Varição cambial + 4,31% a.a.	RS	CDI+1,15% a.a.
SWAP-Scotia Bank	258.008	3.629	(4.785)	28.09.2020 29.03.2021	US\$	Varição cambial + 1,56% a.a.	RS	CDI+2,20% a.a.
		78.645	(4.785)					

Notas Explicativas

28. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “swap”. O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso.

Em 31 de março de 2020, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$516.136 (R\$203.525 em 31 de dezembro de 2019). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo “swap”.

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado	
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	516.136
Valor da curva do derivativo financeiro	443.758
Exposição cambial líquida	72.378

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Risco da sociedade	Controladora/Consolidado		
		Efeito no lucro antes da tributação		
		Cenário I (provável) (*)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	72.378	90.472	108.566

(*) Conforme taxas vigentes em 31.03.2020

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31 de março de 2020, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (6,45 R\$/US\$) e de 50% (7,74 R\$/US\$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08.

Notas Explicativas

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.

Controladora				
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	(+)	Cenário III (+50%)
CDI	4,75%	5,94%		7,13%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(183.833)	(218.707)		(253.583)
Receita de aplicações financeiras	4.658	5.822		6.987
Receita financeira de mútuo (*)	127.177	152.249		177.322
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(51.998)	(60.636)		(69.274)
IPCA	3,50%	4,38%		5,25%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(6.353)	(7.941)		(9.530)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(6.353)	(7.941)		(9.530)
Juros a incorrer líquido	(58.351)	(68.577)		(78.804)

Consolidado			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,75%	5,94%	7,13%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(207.014)	(248.229)	(289.442)
Receita de aplicações financeiras	29.388	36.734	44.081
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(177.626)	(211.495)	(245.361)
TJLP	5,09%	6,36%	7,64%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(127.109)	(148.964)	(170.821)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(127.109)	(148.964)	(170.821)
IPCA	3,50%	4,38%	5,25%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(58.541)	(65.932)	(73.323)
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(133.154)	(148.136)	(163.660)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(191.695)	(214.068)	(236.983)
Juros a incorrer líquido	(496.430)	(574.527)	(653.165)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de abril de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Em 31 de março de 2020 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$137.958 (R\$143.093 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (“Sem Parar”), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora					Total
		2020	2021	2022	2023	2023 em diante	
Capital de giro	5,39%	199.503	263.421	-	-	-	462.924
Partes relacionadas	5,24%	-	381.423	381.423	381.423	-	1.144.268
Debêntures - CDI	5,24%	43.471	765.517	765.211	-	-	1.574.199
Debêntures - IPCA	9,24%	9.149	9.427	9.794	207.291	208.503	444.164
Fornecedores e cauções contratuais		2.979	-	-	-	-	2.979
Fornecedores partes relacionadas		22	-	-	-	-	22
Outras contas a pagar		9.466	-	-	-	-	9.466
		264.590	1.419.788	1.156.428	588.714	208.503	3.638.022

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora				Total
		01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	
Capital de giro	5,39%	-	199.503	-	263.421	462.924
Partes relacionadas	5,24%	-	-	-	95.356	95.356
Debêntures - CDI	5,24%	43.471	-	-	-	43.471
Debêntures - IPCA	9,24%	-	-	9.149	-	9.149
Fornecedores e cauções contratuais	-	993	993	993	-	2.979
Fornecedores partes relacionadas	-	22	-	-	-	22
Outras contas a pagar	-	3.155	3.155	3.155	-	9.466
		47.641	203.651	13.297	358.777	623.367

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado					Total
		2020	2021	2022	2023	2023 em diante	
BNDES Automático	5,24%	110.348	411.901	409.985	412.034	1.509.413	2.853.681
Capital de giro	9,24%	203.105	263.421	-	-	-	466.526
Debêntures - CDI	8,39%	280.343	923.222	1.130.372	358.623	991.345	3.683.905
Debêntures - IPCA	4,84%	72.075	206.024	180.752	420.196	2.373.578	3.252.625
Fornecedores e cauções contratuais	-	207.442	8.229	-	-	-	215.671
Cretores pela concessão	-	2.847	-	-	-	-	2.847
Outras contas a pagar	-	56.698	436	-	-	-	57.134
		932.858	1.813.233	1.721.109	1.190.853	4.874.336	10.532.389

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado				Total
		01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	
BNDES Automático	5,24%	6.812	7.262	96.274	99.736	210.084
Capital de giro	9,24%	3.602	199.503	-	263.421	466.526
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	-	-	-	-
Debêntures - CDI	8,39%	260.162	8.706	11.475	8.429	288.772
Debêntures - IPCA	4,84%	20.187	1.623	50.265	1.610	73.685
Fornecedores e cauções contratuais	-	160.359	20.489	26.594	674	208.116
Cretores pela concessão	-	2.847	-	-	-	2.847
Outras contas a pagar	-	48.978	3.871	3.848	436	57.134
		502.947	241.454	188.456	374.306	1.307.164

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

Notas Explicativas

a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	31.03.2020				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida	947.649	17.292	964.941	(17.292)	947.649
Custos	(762.454)	(14.026)	(776.480)	15.529	(760.951)
Lucro bruto	185.195	3.266	188.461	(1.763)	186.698
Despesas gerais e administrativas	(42.958)	(1.795)	(44.753)	(4.464)	(49.217)
Outras (despesas) receitas operacionais	746	(140)	606	192	798
Receitas financeiras	58.495	28	58.523	44.711	103.234
Despesas financeiras	(136.663)	(24)	(136.687)	(3.262)	(139.949)
Variação cambial líquida	(23)	-	(23)	(59.279)	(59.302)
Prejuízo operacional antes dos impostos	64.792	1.335	66.127	(23.865)	42.262
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(54.649)	(302)	(54.951)	-	(54.951)
Diferidos	35.623	-	35.623	-	35.623
Prejuízo do líquido do exercício	45.766	1.033	46.799	(23.865)	22.934

Resultado	31.03.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida	937.557	19.227	956.784	(19.227)	937.557
Custos	(790.752)	(15.090)	(805.842)	16.714	(789.128)
Lucro bruto	146.805	4.137	150.942	(2.513)	148.429
Despesas gerais e administrativas	(48.855)	(4.618)	(53.473)	(1.149)	(54.622)
Outras (despesas) receitas operacionais	844	160	1.004	(160)	844
Receitas financeiras	31.019	176	31.195	(10.413)	20.782
Despesas financeiras	(141.160)	(110)	(141.270)	(7.280)	(148.550)
Variação cambial líquida	(1)	-	(1)	(4.740)	(4.741)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(11.348)	(255)	(11.603)	(26.255)	(37.858)
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(35.502)	-	(35.502)	(65)	(35.567)
Diferidos	33.836	-	33.836	(563)	33.273
Prejuízo do líquido do período	(13.014)	(255)	(13.269)	(26.883)	(40.152)

b) Balanços por segmento

Ativos	31.03.2020				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	141.398	407	141.805	76.732	218.537
Aplicações financeiras	363.389	960	364.349	192.089	556.438
Contas a receber	155.278	501	155.779	-	155.779
Contas a receber partes relacionadas	1.813	45.523	47.336	(47.169)	167
Outros circulantes	84.422	20.534	104.956	129.136	234.092
Total circulante	746.300	67.925	814.225	350.788	1.165.013
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	79.147	-	79.147	-	79.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	661.721	17.613	679.334	-	679.334
Outros não circulantes	1.314.629	2.209	1.316.838	(1.111.880)	204.958
Direito de uso - IFRS 16 (CPC06 (R2))	60.521	235	60.756	6.672	67.428
Imobilizado	28.332	12.559	40.891	13.152	54.043
Intangível	13.348.353	1.984	13.350.337	39.163	13.389.500
Total não circulante	15.492.703	34.600	15.527.303	(1.052.893)	14.474.410
Total dos ativos	16.239.003	102.525	16.341.528	(702.105)	15.639.423

Notas Explicativas

Passivos	31.03.2020				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	268.831	-	268.831	520.921	789.752
Debêntures	249.362	-	249.362	42.658	292.020
Fornecedores e cauções	207.910	5.019	212.929	2.742	215.671
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS16 (CPC06 (R2))	27.054	237	27.291	1.458	28.749
Obrigações sociais e fiscais	103.034	4.579	107.613	33.934	141.547
Credores pela concessão	2.847	-	2.847	-	2.847
Dividendos Propostos	418	-	418	(418)	-
Provisão Manutenção/investimentos	280.322	-	280.322	-	280.322
Outros circulantes	214.803	1.840	216.643	(153.935)	62.708
Total circulante	1.354.581	11.675	1.366.256	447.360	1.813.616
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.839.515	-	1.839.515	-	1.839.515
Debêntures	3.311.333	-	3.311.333	1.625.186	4.936.519
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS16 (CPC06 (R2))	36.679	10	36.689	5.398	42.087
Provisão manutenção/investimentos	386.716	-	386.716	-	386.716
Outros não circulantes	2.241.014	3.370	2.244.384	(2.067.490)	176.894
Total não circulante	7.815.257	3.380	7.818.637	(436.906)	7.381.731
Patrimônio Líquido	7.069.165	87.470	7.156.635	(712.559)	6.444.076
Total dos passivos	16.239.003	102.525	16.341.528	(702.105)	15.639.423

Ativos	31.12.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	360.949	395	361.344	9.512	370.856
Aplicações financeiras	196.597	386	196.983	3.239	200.222
Contas a receber	165.619	829	166.448	-	166.448
Contas a receber partes relacionadas	780	48.411	49.191	(49.049)	142
Outros circulantes	49.918	19.262	69.180	47.295	116.475
Total circulante	773.863	69.283	843.146	10.997	854.143
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	106.019	-	106.019	-	106.019
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	625.670	17.613	643.283	-	643.283
Outros não circulantes	1.305.509	2.156	1.307.665	(1.085.692)	221.973
Direito de uso - IFRS 16 (CPC06 (R2))	67.887	417	68.304	7.551	75.855
Imobilizado	29.710	14.003	43.713	13.137	56.850
Intangível	13.289.119	2.127	13.291.246	39.272	13.330.518
Total não circulante	15.423.914	36.316	15.460.230	(1.025.732)	14.434.498
Total dos ativos	16.197.777	105.599	16.303.376	(1.014.735)	15.288.641

Notas Explicativas

Passivos	31.12.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	264.115	-	264.115	204.533	468.648
Debêntures	238.539	-	238.539	19.636	258.175
Fornecedores e cauções	222.669	4.607	227.276	2.694	229.970
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS16 (CPC06 (R2))	28.749	416	29.165	2.312	31.477
Obrigações sociais e fiscais	100.746	4.981	105.727	52.934	158.661
Credores pela concessão	3.384	-	3.384	-	3.384
Dividendos Propostos	418	-	418	(418)	-
Provisão Manutenção/investimentos	332.527	-	332.527	-	332.527
Outros circulantes	195.001	4.266	199.267	(121.389)	77.878
Total circulante	1.386.148	14.270	1.400.418	160.302	1.560.720
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.902.523	-	1.902.523	-	1.902.523
Debêntures	3.263.725	-	3.263.725	1.622.133	4.885.858
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS16 (CPC06 (R2))	41.771	18	41.789	5.384	47.173
Provisão manutenção/investimentos	298.528	-	298.528	-	298.528
Outros não circulantes	2.140.373	3.474	2.143.847	(1.971.150)	172.697
Total não circulante	7.646.920	3.492	7.650.412	(343.633)	7.306.779
Patrimônio Líquido	7.164.709	87.837	7.252.546	(831.404)	6.421.142
Total dos passivos	16.197.777	105.599	16.303.376	(1.014.735)	15.288.641

30. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2020, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	-	2.187.298
	Responsabilidade civil	21.816	31.166	26.491	-	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	111.869	155.233	175.953	140.023	734.154

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	71.419	99.015	182.337	194.552	147.721

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$75.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em

Notas Explicativas

31 de março de 2020, o valor dessas garantias é de R\$289.065 (R\$272.615 em 31 de dezembro de 2019) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

A Autovias e a Vianorte contrataram apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R\$100.000 cada uma, referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Covid-19

A Sociedade esclarece que, dado o cenário atual, é possível que o ritmo de execução das obras possa ser afetado, uma vez que grande parte das empresas prestadoras de serviços também estão em contingência enquanto perdura esse período de crise. Além disso, ressalta que está envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias. Ressalta ainda, que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Caso a intensidade e duração do cenário de pandemia se intensifique em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, dado o seu acesso a mercados de crédito.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado pela Sociedade, foram comparados dois períodos, sendo o primeiro compreendido entre de 01 a 30 de abril de 2020 e o segundo, entre 01 a 31 de maio de 2020, ambos comparados contra o mesmo período de 2019.

Foram comparadas também as receitas deste períodos conforme tabela abaixo:

Receita pedagiada	01 a 30.04.2020	01 a 30.04.2019	Var%
Estaduais	81.600	105.642	-22,8%
Centrovias	25.904	33.784	-23,3%
Intervias	27.882	35.364	-21,2%
Viapaulista ¹	26.062	36.494	-28,6%
Federais	91.031	126.279	-27,9%
Planalto Sul	11.730	15.002	-21,8%
Fluminense	12.885	17.519	-26,4%
Fernão Dias	21.025	29.514	-28,8%
Régis Bittencourt	25.871	36.311	-28,8%
Litoral Sul	19.519	27.933	-30,1%
Total	172.631	231.920	-25,6%

Notas Explicativas

Receita pedagiada	01 a 31.05.2020	01 a 31.05.2019	Var%
Estaduais	92.956	109.367	-15,0%
Centrovias	29.894	35.138	-14,9%
Intervias	33.567	36.661	-8,4%
Viapaulista ¹	29.495	37.568	-21,5%
Federais	108.799	127.587	-14,7%
Planalto Sul	13.866	15.081	-8,1%
Fluminense	15.154	17.576	-13,8%
Fernão Dias	24.507	30.178	-18,8%
Régis Bittencourt	30.809	37.211	-17,2%
Litoral Sul	24.463	27.542	-11,2%
Total	201.755	236.955	-14,9%

¹ Bases comparáveis em 2019 incluindo cinco praças da concessionária Autovias que passaram a fazer parte do sistema da ViaPaulista.

A Sociedade observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Centrovias

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 21, de 30 de abril de 2020, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 28 dias a contar da data de 7 de maio de 2020. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 3 de junho de 2020.

Intervias

No dia 14 de abril de 2020 a Sociedade realizou o pagamento de R\$76.368 referentes aos dividendos do exercício de 2019. Sendo R\$38.948 pagos à Arteris e R\$37.420 para Arteris Participações, conforme aprovada na Reunião de Conselho de Administração ocorrida em 20 de fevereiro de 2020.

No dia 15 de abril de 2020 a Sociedade aprovou a emissão de 10 notas promissórias ao custo unitário de R\$20 milhões reais totalizando R\$200 milhões com taxa de remuneração de CDI + 3,5% a.a. e prazo de 360 dias.

No dia 15 de maio de 2020 a sociedade realizou o pagamento no montante de R\$220.916, sendo R\$204.435 referente a liquidação da 1ª série da 5ª Emissão de Debêntures e R\$16.481 referente aos juros das demais séries da 5ª Emissão de Debêntures.

ViaPaulista

Em 13 de abril de 2020, a Sociedade obteve a 2ª liberação dos Subcréditos “1” “2” e a 1ª liberação do Subcrédito “3” no valor de R\$362.808, referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma “pro rata temporis”, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Notas Explicativas

Em 16 de maio de 2020, através do processo ARTESP 026.017/2017, foi autorizada a alteração da redação do artigo 5º e seu parágrafo 1º, e do artigo 24, ambos do Estatuto Social da ViaPaulista S.A., conforme instrução processual de fls. 150/177, alterando o valor do Capital Social integralizado para R\$1.348.386 e exclusão do artigo 24 do Estatuto Social inicialmente constituído

Captações de Debêntures

A seguir relação de captações de debêntures privadas junto a controladora ocorridas após o período findo em 31 de março de 2020:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Valor integralizado</u>
06.04.2020	AGE	Planalto Sul	2.000
20.04.2020	AGE	Planalto Sul	4.200
06.04.2020	AGE	Fluminense	5.500
20.04.2020	AGE	Fluminense	2.500
19.05.2020	AGE	Fluminense	1.500
05.06.2020	AGE	Fluminense	3.300
20.04.2020	AGE	Fernão Dias	4.000
06.04.2020	AGE	Litoral Sul	14.000
20.04.2020	AGE	Litoral Sul	16.500
			<u>53.500</u>

Fluminense

No dia 19 de maio de 2020 a Sociedade informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que seu acionista controlador, Arteris S.A. (“Arteris”), protocolou nesta data junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, pedido de adesão ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre esta autarquia e a Fluminense, nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019

Tanto a Companhia quanto a Arteris adotarão todas as providências necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas no processo de relicitação.

Durante as negociações com o Poder Concedente, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ continuarão a ser prestados e realizados normalmente. Este processo será irrevogável e irretroatável somente após cumpridos os requisitos considerados no Decreto nº 9.957/2019 e após assinatura de aditivo segundo previsto na Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017.

A administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2020.

A administração segue avaliando esse tema. De acordo com o andamento do processo ajustes materiais poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da Sociedade.

A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Arteris S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade das operações das controladas Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., Autovias S.A. e Via Norte S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das informações contábeis intermediárias, que indica que a controlada Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações tiveram continuidade até 3 de junho de 2020. Essa situação indica que essa entidade entrou em um processo de dormência em função do referido assunto referente ao encerramento da concessão. As controladas Autovias S.A. e Vianorte S.A. detiveram a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cuja concessão encerrou-se em 3 de julho de 2019 e 17 de maio de 2018, respectivamente. Essa situação indica que essas entidades estão em processo de dormência em função do referido assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Relicitação do contrato de concessão Autopista Fluminense S.A.

Chamamos a atenção para nota explicativa nº31 às informações contábeis intermediárias, do trimestre findo em 31 de março de 2020, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão (reequilíbrio econômico), a Sociedade, manifestou o pedido junto ao poder Concedente de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17, iniciando assim, os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e posterior deferimento pelo Presidente da República. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes dos Fluxos de Caixa

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às informações contábeis intermediárias que indica que os valores correspondentes individuais e consolidadas relativos aos fluxos de caixa, individual e consolidado, em 31 de março de 2019 foram retificados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos:

a. Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem às demonstrações do valor adicionado (DVA, individuais e consolidadas) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas informações, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

b. Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes, relativos às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório em

13 de maio de 2019 (exceto para as divulgações incluídas na nota explicativa nº 4 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que tratam dos efeitos retrospectivos em 31 de março de 2019, cuja data é 19 de junho de 2020), sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 19 de junho de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada no dia 18 de junho de 2020, às 14:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2020.

São Paulo, 18 de junho de 2020.

Débora Nogueira Messias de Miranda

Conselheira

Marcello Del Raso Alvarado Davis

Conselheiro

Renato Guias Pereira

Conselheiro

Luiz Gustavo Rodrigues Pereira

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2020.
São Paulo, 18 de junho de 2020.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativos ao período social em 31 de março de 2020.

São Paulo, 19 de junho de 2020.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações